



# Anais da Assembléia

Nº 201

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 11 DE JANEIRO DE 1993

ANO XVIII

## MESA DIRETORA

**ANIBAL KHURY**

Presidente - PTB

**ALGACI TÚLIO**

1º Vice-Presidente - PDT

**HEINZ GEORG HERWIG**

2º Vice-Presidente - PSDB

**JOÃO BATISTA DE ARRUDA**

1º Secretário - PFL

**ADEMAR LUIZ TRAIANO**

2º Secretário - PTB

**DALTON MACHUCA**

3º Secretário - PL

**LOURENÇO FREGONESE**

4º Secretário - PRN

**ABIB MIGUEL**

Diretor Geral

## LIDERANÇAS

PMDB - Governo .....	Deputado ORLANDO PESSUTI
PRN .....	Deputado NELSON ROBERTO DE PLÁCIDO E SILVA JUSTUS
PFL .....	Deputado PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES FILHO
PDT .....	Deputado PAULO MAIA
PTB .....	Deputado ERONDY SILVÉRIO
PSDB .....	Deputado ANTÔNIO MARTINS ANNIBELLI
PT .....	Deputado FLORISVALDO FIER (Dr. Rosinha)
PL .....	Deputado JOSÉ COLOMBINO GRASSANO
PST .....	Deputado GERALDO CARTÁRIO

## REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA

**PMDB - 12** Arlindo Troian - Orlando Pessuti - Renato Guimarães Adur - Dobrandino Gustavo da Silva - Severino Félix Pessoa - Djalma de Almeida César - Cleiton Kielse Bordini Crisóstomo - Domingos Faustino de Carvalho - Antonio Toti Colaço Vaz - • Eurides Moura - • José Tavares da Silva Neto - • Oswaldo Trevisan - **Suplentes:** Luiz H. Bona Turra - Nereu Alves de Moura; **PST - 8** João Preis - Nilton Roberto Barbosa - Neivo Antonio Berakdin - Dirceu Silveira Manfrinato - Luiz Carlos Martins Gonçalves - Edson Silva Lino - Geraldo Cartário Ribeiro - José Artur Ritti; **PRN - 04:** Luiz Carlos Alborghetti - Valdir Luiz Rossoni - Lourenço Fregonese - Nelson Roberto de Plácido e Silva Justus; **PFL - 08:** Antônio Costenaro Neto - João Batista de Arruda - Élio Lino Rusch - Basílio Zanusso - Duffio Genari - Plauto Miró Guimarães - Luiz Antonio Penteado Setti - Nelson Garcia - **Suplentes PFL e PRN:** Jádlio Bufon - José da Silva Reis - Voldimir Mirão Mais-trovicz; **PDT - 06** César Augusto Carollo Silvestri - Emilia de Salles Belinati - Rafael Valdomiro Greca de Macedo - Algaci Omário Túlio - Albino Corazza Neto - Paulo Maia de Oliveira - **Suplentes:** Namir A. Piacentini - Luiz Carlos Zuk - Valderi Mendes Vilela; **PTB - 06** Erondy Silvério - Anibal Khury - José Alves dos Santos - João Falavinha Iensen - Ademar Luiz Traiano - Mário Bezerra Guimarães - **Suplentes:** Nilton César Servo - Geraldo Atsumi Yamada - Aldemir João Manfron; **PSDB - 04:** Antônio Martins Annibelli - Heinz Georg Herwig - Hermas Eurides Brandão - Alceu Antonio Swarowski - **Suplentes:** Tadeu Lúcio Machado - José Boiko - Paulino José Delazeri; **PT - 03:** Ovídio José Constantino - Emani Pudell (Licenciado) - Florisvaldo Fier (Dr. Rosinha) - • Lygia Lumina Pupatto - **Suplentes:** Perides de H. Mello; **PL - 03:** José Colombino Grassano - Dalton Machuca - Carlos Xavier Simões - **Suplentes:** Delvino Longhi - Mário Vargas J. da Rocha. **Deputados Licenciados:** Luiz Carlos Caño Quintana - Secretário de Estado - Casa Civil; José Durval Mattos do Amaral - Secretário de Estado do Trabalho e da Ação Social; José Afonso Júnior - Secretário de Estado de Esporte e Turismo. - **(•) SUPLENTE no exercício do mandato de Deputado.**

**2.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 12.ª LEGISLATURA**  
**ATA DA 1.ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA**  
**DO PERÍODO EXTRAORDINÁRIO**  
**REALIZADA EM 11 DE JANEIRO DE 1993**  
**(SEGUNDA-FEIRA)**

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Senhores Deputados Ademar Traiano e Luiz Carlos Alborghetti.

As quatorze horas e quarenta minutos é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Alqaci Túlio, Heinz Herwig, Ademar Traiano, Dalton Machuca, Lourenço Fregonese, Antônio Annibelli, Arlindo Troian, Basílio Zanusso, Carlos Simões, Cleiton Kielse, Cezar Silvestri, Colombino Grassano, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Domingos Carvalho, Doutor Rosinha, Duílio Genari, Edson Silva Lino, Élio Rusch, Emilia Belinatti, Ernani Pudell, Erondy Silvério, Eurides Moura, Hermas Brandão, João Iensen, João Preis, José Alves, José Arthur Ritti, Júlio Bifon, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Carlos Zuk, Luiz Henrique Bona Turra, Mário Bezerra, Namir Piacentini, Neivo Beraldin, Nereu Alves de Moura, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nilton Barbosa, Orlando Pessuti, Oswaldo Trevisan, Paulo Maia, Plauto Miró Guimarães, Rossoni, Severino Félix e Toti Colaço (49). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Alceu Swarowski, Antônio Costenaro Neto, Geraldo Cartário, Ovídio Constantino e Renato Adur (05).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

**SESSÃO EXTRAORDINÁRIA**

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO - procede à leitura da Ata da Sessão anterior, à qual foi aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Não havendo expediente a ser lido, Passa-se à

**ORDEM DO DIA,**

com a presença de 49 Senhores Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

2.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n.º 002/93, de autoria do Tribunal de Justiça, que fixa os vencimentos dos cargos efetivos, em comissão e funções gratificadas dos servidores ativos e inativos do Poder Judiciário, conforme especifica e adota outras providências. SEM PARECERES.

Sobre o referido projeto, parecer da C.C.J., nos seguintes termos:

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**  
**PROJETO DE LEI N.º 002/92**

**P A R E C E R:**

O presente Plano de Lei, de autoria do Tribunal de Justiça, objetiva fixar os vencimentos dos cargos efetivos, em comissão e funções gratificadas dos servidores ativos e inativos do Poder Judiciário, conforme especifica e adota outras providências.

Chamada esta para opinar, entende a mesma que a matéria obedece os ditames constitucionais e as demais normas legais vigentes.

Assim sendo, pelas condições acima expostas, é o nosso parecer favorável, opinando-se pela aprovação do Projeto de Lei em tela.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 11.01.93

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente  
 COLOMBINO GRASSANO - Relator

Ainda sobre o referido projeto, emenda de Plenário, de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, devidamente apoiada, nos seguintes termos:

**PROJETO DE LEI N.º 002/93**  
**EMENDA DE PLENÁRIO**

Artigo Único - O Art. 2.º do Projeto de Lei n.º 002/93, passa a vigor com a seguinte redação:

"Art. 2.º - Os valores atribuídos aos cargos em comissão, funções gratificadas, gratificações de produtividade e gratificações de representação de gabinete e o salário-família ficam reajustados nos mesmos percentuais atribuídos pela presente Lei."

Sala das Sessões, em 11.01.93

(a) ORLANDO PESSUTI

Apoio: Erondy Silvério, Luiz Carlos Martins, Toti Colaço, uma ilegível.

**Em discussão.**

A Emenda apresentada faz com que o Projeto retorne à Comissão de Justiça. O Projeto está em Regime de Urgência e deverá retornar à Ordem do Dia da Sessão de amanhã.

O SR. ERONDY SILVÉRIO (*Pela Ordem*) - Senhor Presidente, eu requeiro, em virtude do Projeto estar em Regime de Urgência, já encaminharei por escrito à Mesa, que a Assembléia se constitua em Comissão Geral para examinar o Parecer a Emenda aposta ao Projeto que estamos apreciando.

O SR. PRESIDENTE (*Anibal Khury*) - A Mesa vai consultar o Plenário. Senhores Deputados que aprovam o Requerimento do Deputado Erondy Silvério, para que, a Assembléia se constitua em Comissão Geral para apreciação do Projeto de Lei nº 002/93 e a respectiva Emenda, conservem-se como estão.

**Aprovado.**

A Assembléia está transformada em Comissão Geral.

Designo como Relator o nobre Líder do Governo, Deputado Orlando Pessuti.

O SR. PAULO MAIA (*Pela Ordem*) - O autor da emenda é o próprio relator?

O SR. PRESIDENTE (*Anibal Khury*) - Ele tem pleno conhecimento.

O SR. PAULO MAIA - Que é o Deputado Orlando Pessuti. Muito obrigado.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Tendo a Assembléia se transformado em Comissão Geral designada por Vossa Excelência passamos a relatar a emenda ao artigo 2º do Projeto 002/93.

Senhor Presidente, o Artigo 2º estabelece "os valores atribuídos aos cargos em comissão, funções gratificadas, gratificações de produtividade e gratificações de representação de Gabinete e o salário família serão os mesmos fixados para os servidores do Poder Executivo, através de ato autorizatório assinado pelo Chefe do referido Poder."

A emenda que está sendo proposta ao Artigo 2º tem a seguinte redação: "Os valores atribuídos aos cargos em comissão, funções gratificadas, gratificações de produtividade e gratificações de representação de Gabinete e o salário família ficam reajustados nos mesmos percentuais atribuídos pela presente Lei."

Chamada a opinar esta Comissão Geral opina que a emenda atenda aos princípios regimentais e constitucionais, estando portanto em condição de ser apreciada na análise constitucional que devemos fazer sobre ela. E, no que diz respeito ao mérito, gostaríamos de salientar que a emenda busca eliminar o mecanismo pelo qual o Poder Judiciário poderia, sem ouvir a Assembléia Legislativa, atribuir aos seus ser-

vidores, corrigir melhor dizendo, as gratificações, enfim, todas aquelas questões que constam do Artigo 2º.

Entendemos que, sempre foi um desejo deste Parlamento que qualquer modificação salarial fosse consultada esta Assembléia Legislativa que sempre se colocou à disposição para aprovar rapidamente estas matérias.

Então, dentro do ponto de vista constitucional a emenda atende aos preceitos e, dentro do mérito, na nossa avaliação, ela vem de encontro aos anseios sempre manifestados pelo Poder Legislativo de querer participar, sempre que necessário, das mudanças salariais de todos os Poderes envolvidos em nosso Estado.

Por esta razão, opinamos pela aprovação da emenda.

É o parecer, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (*Anibal Khury*) - Em votação o parecer.

**Aprovado.**

O DR. ROSINHA - Senhor Presidente, com o voto contrário do PT.

O SR. PRESIDENTE (*Anibal Khury*) - Em votação a emenda.

**Aprovada.** Com o voto contrário do PT.

Em votação o Projeto.

**Aprovado.**

O SR. PAULO MAIA - Pela ordem, Senhor Presidente.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, achamos que de fato o Poder Judiciário luta pelos seus direitos, os direitos da questão do reajuste e a questão de gratificações. Neste momento também queremos registrar a preocupação da Bancada do PDT quanto à mensagem de reajuste do funcionalismo público do Estado do Paraná, que até esta data não chegou a esta Casa.

A nossa preocupação se prende a boatos que estão sendo ditos a cada instante da decretação do reajuste do funcionalismo através de decreto do Governador do Estado.

Isto traz uma preocupação bastante séria porque o que estamos sabendo, por vias oficiosas, é que o Governador se basearia, para lançar este decreto, na Lei 16.118, de 29 de outubro de 92, aprovada por esta Casa. Naquele momento esta Lei objetivava apenas a concessão e instituição de gratificação pelo prazo de cento e oitenta dias para fim de isonomia entre servidores dos três Poderes.

Ocorre porém que se o Governador do Estado fizer isto, ou seja, não enviar mensagem de reajuste e simplesmente conceder gratificações a serem posteriormente incorporadas aos vencimentos, estará mais

uma vez infringindo a Lei.

É que a isonomia no Artigo 32, § 2º é de vencimentos. E pelo Artigo 53, Inciso 8º da Constituição do Estado, os vencimentos dos servidores é matéria cuja disposição cabe à Assembléia Legislativa do Estado.

O fato da Assembléia Legislativa ter na Lei 16.118 de 29 de outubro de 1992 autorizado o Governador a instituir e conceder gratificações pelo prazo de 180 dias não lhe autoriza a utilizar-se dela para alterar reajustes de vencimentos sem passar pelo Plenário do Poder Legislativo. O Governador age como tendo recebido efetiva delegação do Poder Legislativo ao operar por Decreto o reajuste dos vencimentos dos servidores.

Ora, para que a Assembléia Legislativa abdicasse de uma prerrogativa que a transferisse ao Poder Legislativo deveria ter sido aprovado a Lei Delegada, o que não aconteceu, incorrendo nesse caso da edição do Decreto numa ilegalidade.

Espera-se, na verdade, que o Governador envie ao Legislativo a mensagem do reajuste aos servidores públicos, e não tente efetivar esses reajustes através de gratificações a serem instituídas ao arrepio da Lei. O Poder Legislativo não delegou ao Governador poderes para tratar do reajuste dos vencimentos dos servidores através de gratificações, e espera com ansiedade que envie a mensagem a ser discutida por este Plenário.

Caso isso não ocorra merecerá incisiva reação dos Senhores Deputados, posto que o Chefe do Poder Executivo estará invadindo competência do Legislativo.

Esta é a preocupação que a Bancada do Partido Democrático Trabalhista registra neste momento quando já estamos chegando no final da convocação desse Período Extraordinário e não vemos chegar a esta Casa a Mensagem do Governo corrigindo os salários dos servidores públicos do Estado do Paraná.

Nós queremos aqui deixar registrado a nossa preocupação, a preocupação da Bancada do Partido Democrático Trabalhista em relação a esse descaso do Governo, em relação a situação caótica dos servidores públicos do Estado do Paraná, e a nossa preocupação na edição de Decretos que fariam com que o Governo do Estado se sobrepuasse a competência dos salários dos servidores à sua apreciação.

É a nossa posição.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para terça-feira, dia 12, à hora regimental, com a seguinte

# ORDEM DO DIA:

- 3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 002/93.

Levanta-se a sessão.

## Ata de Comissão:

- COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
- 12.<sup>a</sup> LEGISLATURA - 2.<sup>a</sup> SESSÃO LEGISLATIVA
- ATA da 23.<sup>a</sup> SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos vinte e dois dias do mês de dezembro de mil novecentos e noventa e dois, reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões desta Assembléia Legislativa do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do Deputado Erondy Silvério e com a presença dos seguintes Deputados: Mário Bezerra, Oswaldo Trevisan, Ernani Pudell, Colombino Grassano, Lourenço Fregonese, Emilia Belinati, Nilton Barbosa, Paulo Maia, Luiz Carlos Martins, Arlindo Troian, Antônio Costenaro Neto. Havendo número legal, o Senhor Presidente deu por aberta a sessão, aprovando a ata da sessão anterior, após colocá-la em discussão e votação. Passou-se à Ordem do Dia: 1) Projeto de Lei n° 372/92 de autoria do Deputado Florisvaldo Fier. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Colombino Grassano - APROVADO, com voto contrário do Deputado Nilton Barbosa; 2) Projeto de Lei n° 430/92 do Poder Executivo. REJEITADO o parecer do Relator, Deputado Oswaldo Trevisan; 3) Projeto de Lei n° 153/92 do Poder Executivo. O Deputado Presidente e Relator manifesta seu parecer pelo arquivamento da presente Mensagem Governamental, pelos motivos expostos nos mesmos - APROVADO, com voto contrário dos Deputados Toti Colaço e Oswaldo Trevisan. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrada a presente sessão.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente  
ANA LÚCIA ANDRETTA - Secretária